

Usos políticos do passado no governo Vargas: Tiradentes e a Inconfidência Mineira

Political uses of the past in the Vargas government:
Tiradentes and the “Inconfidência Mineira”

André Barbosa Fraga¹

andrebfraga@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9522-7942>

Resumo: Apesar de estudos anteriores já terem evidenciado a importância do culto a Tiradentes ao longo do governo Vargas (1930-1945), a presente pesquisa objetiva compreendê-la especificamente a partir do discurso oficial do regime. Para isso, este artigo analisa as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Saúde (MES) e pelos órgãos de propaganda da ditadura do Estado Novo, as quais tiveram o intuito de valorizar a Inconfidência Mineira e heroificar os envolvidos nesse movimento, especialmente Tiradentes. Adotam-se como fontes principais livros produzidos pelo MES, pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Além delas, recorre-se a jornais e a documentos localizados no Arquivo Nacional e no CPDOC/FGV. Com base na noção de “usos políticos do passado”, o artigo conclui que o MES, o DNP e o DIP foram os principais patrocinadores do culto a Joaquim José da Silva Xavier. Nas políticas culturais desenvolvidas por eles, valores atribuídos ao personagem, como coragem, patriotismo e apego à liberdade, à defesa nacional, à unidade do país e aos interesses coletivos em detrimento dos individuais, foram estimulados e despertados na população, de modo a que todos amassem o Brasil e ajudassem o governo no combate ao comunismo e aos países do Eixo. No entanto, apesar de tal valorização, o período foi marcado também por versões negativas sobre a Inconfidência, que rivalizavam com a que estava sendo construída pelo ministério de Gustavo Capanema e pelos órgãos de propaganda do governo Vargas, dando origem a batalhas de memória.

Palavras-chave: Inconfidência Mineira; governo Vargas; usos políticos do passado.

Abstract: Although previous studies have already shown the importance of the cult of Tiradentes throughout the Vargas government (1930-1945), the present research aims to understand it specifically based on the regime's official discourse. For this, this article analyzes the cultural policies developed by the Ministry of Education and Health (MES) and by the propaganda agencies of the “Estado Novo” dictatorship, which aimed to value the “Inconfidência Mineira” and to turn into heroes the people involved in this movement, especially Tiradentes. The main sources are books produced by the MES, the National Department of Propaganda (DNP) and the Department of Press and Propaganda (DIP). In addition, the research uses newspapers and documents located in the National Archive and in the CPDOC/FGV. Based on the notion of “political uses of the past”, the article concludes that the MES, the DNP and the DIP were the main sponsors of the cult of Joaquim José da Silva Xavier. In cultural policies developed by them,

¹ Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Avenida Professor Pereira Reis, 119. Santo Cristo. 20220-800. Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

values attributed to Tiradentes, such as courage, patriotism, freedom, national defense, national unity and collective interests, were stimulated among the population, so that all would love Brazil and help the government to face communism and the Axis countries. However, in spite of such valuing, the period was also marked by negative versions about the Inconfidência, which rivaled the one that was being constructed by the ministry of Gustavo Capanema and the propaganda agencies of the Vargas government, giving rise to battles around memory.

Keywords: Inconfidência Mineira; Vargas government; political uses of the past.

1 - Introdução

Ao longo do primeiro governo Vargas (1930-1945), houve o investimento acentuado no fortalecimento de um nacionalismo de teor cívico. A fim de alcançá-lo, o regime político estabelecido a partir de 1930 atribuiu a si a responsabilidade de promover a cultura e a identidade nacionais, por meio da produção de uma série de políticas culturais para a qual os intelectuais foram chamados a contribuir (Velloso, 2007). Isso foi feito empregando medidas como o envolvimento do aparelho governamental na valorização dos ritmos musicais brasileiros, principalmente no processo de nacionalização do samba (Vianna, 2002); a atuação, a partir de 1932, do maestro Heitor Villa-Lobos no cargo de diretor da Superintendência de Educação Musical e Artística do Distrito Federal (SEMA), tornando-se um importante colaborador do regime na implementação do ensino de música nas escolas por meio do canto orfeônico (Parada, 2009); e a criação, em 1936, pelo Ministério da Educação e Saúde, do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), órgão dirigido pelo antropólogo Edgard Roquete Pinto com o objetivo de produzir e de divulgar filmes de cunho educativo (Schwarzman, 2004).

À medida que Vargas foi expandindo seu poder, ações de caráter patriótico obtiveram significativa ampliação até alcançarem seu ápice durante o Estado Novo (1937-1945). Nesse processo, é necessário destacar o papel da chamada Intentona Comunista, movimento armado de militares, deflagrado em novembro de 1935, por intermédio da sublevação de quartéis em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro, cujos reflexos contribuíram para criar o ambiente político favorável às pretensões ditatoriais do presidente. O grupo envolvido, ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL), tinha como objetivo depor Getúlio Vargas e implantar no Brasil um governo popular-revolucionário, necessário para preparar posteriormente a instalação de um regime socialista. A iniciativa acabou fracassando, ao ser sufocada pelas forças legalistas. As consequências diretas desse frustrado movimento insurgente foram a repressão acentuada àqueles considerados opositores do governo, a concentração maior de poderes

nas mãos do presidente e a institucionalização da ideologia anticomunista no cerne das Forças Armadas.

Para o governo, a chamada Intentona Comunista havia revelado o perigo da circulação no país de ideias consideradas alienígenas à cultura brasileira, uma vez que contou com a atuação de estrangeiros ligados ao *Komintern*, a Internacional Comunista, o que fazia dos brasileiros participantes elementos “a serviço de Moscou” e, portanto, traidores da pátria (Castro, 2002, p. 51). Ou seja, nesse momento, o intuito de afastar a influência da União Soviética foi mais um elemento que, somado a tantos outros, como a centralização política e administrativa, a conjuntura internacional fascista e o combate à autonomia política regional, este último representado simbolicamente pela queima das bandeiras estaduais, motivou o regime a estimular na população o amor pelo Brasil, de modo que ela pudesse conhecer melhor seu passado histórico, os valores presentes nos “grandes homens” e os diferentes aspectos formadores da identidade nacional.

Nesse processo, a história e as tradições do país, ao longo do governo Vargas, ganharam projeção e importância significativas. Sendo assim, o período foi marcado por inúmeras iniciativas governamentais interessadas em atribuir ao passado do Brasil lugar de destaque, tais como: instituiu-se, pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com o intuito de proteger imóveis e objetos considerados de valor para a história do país (Londres, 2001, p. 85); promoveu-se, por intermédio da radiodifusão, a leitura de livros, como *A História do Brasil em cinco lições*, de Roberto da Mota Macedo, a fim de difundir também entre a população não escolarizada o conhecimento da história pátria (Dângelo, 1994, p. 151-169); inauguraram-se vários museus, como o Museu Imperial de Petrópolis, o Museu da Inconfidência e o Museu Nacional de Belas-Artes (Londres, 2001, p. 86); e expandiram-se, com subsídios do governo federal, sedes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para outros estados (Gomes, 1999, p. 146).

Dessa forma, divulgar a história do país passou a ser uma grande preocupação governamental, seja valen-

do-se da via de ensino formal e escolar, na qual o regime investiu na formulação de currículos, na produção de livros didáticos e na elaboração de leis direcionadas aos jovens, seja da informal, composta, entre outros, pelo rádio, pelo cinema, pelo teatro e pela literatura, capaz de atingir o público adulto, em seu local de moradia, de trabalho e de lazer. Para desenvolver esse projeto político-cultural, o governo Vargas recorreu aos chamados “usos políticos do passado” (Hartog e Revel, 2001), entendidos por esses autores como um trabalho intencional de produção e circulação de representações sobre o passado, as quais serviriam a interesses específicos de indivíduos ou grupos por motivos políticos no tempo presente, sendo, portanto, mobilizadas para justificar formas de poder. Ou seja, o regime instaurado a partir de 1930, ao promover com fins políticos uma revisão de fatos históricos, valeu-se do passado e contou-o de acordo com as suas necessidades, como, por exemplo, o interesse tanto na formação de um modelo específico de identidade brasileira quanto na divulgação de valores e exemplos pedagógicos.

Nessa formulação da própria versão do passado, o governo Vargas intensificou e atualizou a construção de uma cultura histórica (Gomes, 2007) já iniciada na Primeira República, elegendo os episódios históricos considerados como mais significativos e os heróis que, ao terem participado deles, mereciam figurar no panteão da pátria. Nesse projeto, a Inconfidência Mineira e os vultos que planejaram o movimento, especialmente Tiradentes, ganharam papel de destaque. Dessa forma, o governo Vargas deu continuidade ao culto intensificado após a Proclamação da República, no qual Joaquim José da Silva Xavier havia sido projetado como o grande herói da pátria (Carvalho, 1990), mantendo o dia 21 de abril como uma das principais efemérides cívicas da nação, data cuja comemoração foi ampliada principalmente durante o Estado Novo.

A historiografia brasileira, a partir dos anos 1990, foi marcada por análises críticas sobre a Inconfidência Mineira, as quais procuraram refletir a respeito do movimento e do papel dos inconfidentes. Esses estudos analisaram, sobretudo, as representações e os significados simbólicos atribuídos às comemorações do dia 21 de abril ao longo do tempo. Tais abordagens tiveram o mérito de tentar refletir sobre o tema sem os vícios nacionalistas da historiografia tradicional (Fonseca, 2002, p. 443). Entre as principais pesquisas desenvolvidas no período com esse objetivo (Carvalho, 1990; Dutra, 1993; Fonseca, 2001), apenas a de Fonseca deu destaque às interpretações construídas durante o primeiro governo Vargas, já que investigou os anos de

1930 a 1960. No entanto, a tese de Thais Nivia de Lima e Fonseca abordou principalmente as representações da Inconfidência e de Tiradentes elaboradas pela imprensa.

Dessa forma, o presente artigo, diferentemente do que já foi produzido sobre o tema, objetiva analisar a construção da figura de Tiradentes durante o primeiro governo Vargas a partir do discurso oficial do regime. Avança, portanto, em questões não desenvolvidas anteriormente pela bibliografia, a saber: quais os principais patrocinadores no âmbito governamental do culto ao personagem? Que estratégias de atuação foram empregadas por eles para tornar esse investimento bem-sucedido? Quais os obstáculos encontrados para obter êxito na propagação de uma visão heroificada e, portanto, positiva de Tiradentes? As representações sobre Joaquim José da Silva Xavier construídas por esses patrocinadores precisaram rivalizar com outras existentes à época, configurando batalhas de memória?

2 - Valorização da Inconfidência Mineira e de seus artífices

Durante o governo Vargas, o projeto de enaltecimento da Inconfidência Mineira e das figuras que participaram dela, em especial Tiradentes, foi conduzido principalmente pelos órgãos mais importantes para a exaltação da imagem do governo e influentes no âmbito da produção de políticas culturais do regime: o Departamento Nacional de Propaganda (DNP)/Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Ministério da Educação e Saúde (MES). A primeira iniciativa mais incisiva de valorização desse movimento sedicioso ocorreu em 1936, por meio do repatriamento dos despojos mortuários daqueles que o integraram. A ideia para essa ação partiu do escritor Augusto de Lima Júnior² e foi muito bem recebida pelo mineiro Gustavo Capanema, detentor da Pasta da Educação e Saúde, o qual se revelou, durante todo o período em que permaneceu no cargo (1934-1945), um dos principais patrocinadores do culto a Tiradentes.

O investimento nesse personagem histórico em particular, mas também em outros, deve ser compreendido como parte de uma política maior de enaltecimento de vultos nacionais desenvolvida por esse ministro, sendo um de seus resultados mais evidentes a organização, a partir de 1936, de uma série de conferências intitulada “Os nossos grandes mortos”. A documentação referente a essas palestras, localizada no arquivo privado dele, sob a guarda do CPDOC/FGV, permite examinar a visão que o ministro da Educação e Saúde tinha a respeito da história

² Antônio Augusto de Lima Júnior (1889-1970), filho primogênito do conhecido político mineiro Antônio Augusto de Lima, foi advogado, poeta, magistrado, jornalista e historiador, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras.

e da função dela. A concepção utilizada na criação das conferências e na classificação feita dos vultos escolhidos se aproxima da teoria desenvolvida por Thomas Carlyle no século XIX, na qual seriam os “grandes homens” os responsáveis pelas transformações no mundo e, portanto, haveria a necessidade de cultuá-los para servirem de exemplo (Carlyle, 1963). O trecho a seguir é bem esclarecedor do pensamento de Capanema sobre esse assunto:

As gerações devem formar-se no exemplo e na admiração dos grandes mortos da Pátria. O passado de um povo é um espetáculo e uma lição. É preciso saber ver a beleza do espetáculo, sem deixar de colher os proveitos salubres da sua lição. Evocando as grandes figuras da nacionalidade – militares, estadistas, escritores, poetas, sábios e santos – todos aqueles, portanto, que encheram a nossa História com o prestígio do seu heroísmo, do seu trabalho, do seu talento, do seu saber, da sua virtude – mostramos aos moços os verdadeiros padrões brasileiros da sua conduta cívica, moral e intelectual.

Além disto, a convocação dessas belas e ilustres presenças do nosso Passado serviu ainda para estimular no espírito dos brasileiros de hoje o respeito e veneração pelos seus maiores, por aqueles que construíram, com o coração ou com a inteligência, com a espada heroica ou com a pena rutilante, os tesouros mais belos do patrimônio cultural, político, moral e econômico da nacionalidade [...].

Dessa evocação colheram eles [os moços do Brasil] duplo proveito: admiraram o espetáculo das vidas ilustres da nacionalidade e aprenderam a lição generosa das suas grandes obras, que concorreram, desta ou daquela forma, para o nosso engrandecimento político, econômico, moral ou intelectual.³

Essa visão de Capanema a respeito do papel decisivo do passado influenciando o presente ajuda a compreender o empenho do ministro em conceder aos inconfidentes mortos no exílio o direito de finalmente repousarem como heróis na terra natal. Todo o esforço dele se mostrou determinante para que o presidente assinasse o Decreto n.º 756 A, de 21 de abril de 1936, o qual autorizou a exumação e a transladação para o Brasil dos restos mortais dos artífices da Inconfidência localizados na África e determinou a construção, na cidade de Ouro

Preto, em Minas Gerais, de um monumento para guardá-los. Colocando em prática a medida, o Ministério da Educação e Saúde encarregou o próprio Augusto de Lima Júnior de acompanhar, diretamente das colônias portuguesas, com autorização de Oliveira Salazar, a exumação das ossadas e das cinzas atribuídas aos inconfidentes. A presença *in loco* do representante do Brasil se justificava pela necessidade de garantir a veracidade do processo e a autenticidade das relíquias encontradas, capazes de ligar o passado ao presente e o visível ao invisível. Em novembro de 1936, após o trabalho de busca e identificação concluído, localizaram-se 12 restos mortais.⁴ Em dezembro, mais uma urna com as cinzas de outro inconfidente foi disponibilizada, juntamente com o respectivo auto de exumação. Dessa forma, a iniciativa obteve o total de 13 despojos, todos localizados em igrejas situadas nas colônias de Angola e Moçambique.⁵

Enquanto os restos mortais eram trazidos ao Brasil, o governo organizou uma grande festa cívica com o intuito de coroar um momento considerado singular para a nação.⁶ Pela grandeza esperada da cerimônia, optou-se por desembarcar as ossadas e as cinzas na capital do país e mais tarde levá-las ao destino final: Ouro Preto. Cumprindo essa determinação, atracou no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1936, o navio brasileiro *Bagé*, que trazia em sua biblioteca, transformada em câmara ardente, os restos mortais daqueles personagens saudados como heróis. Dois dias depois, representantes do estado de Minas Gerais dirigiram-se à embarcação para depositar sobre as urnas funerárias a bandeira mineira. Finalmente, no dia 27, marcado para o desembarque, Getúlio Vargas, acompanhado de sua Casa Civil e Militar, chegou ao cais do Porto e, sob a execução do Hino Nacional, subiu a bordo do navio para inspecionar as urnas. Na ocasião, os “corpos” dos inconfidentes foram entregues ao chefe de Estado, o qual garantiu que o país os guardaria com orgulho.

Em seguida, os recipientes com as cinzas e as ossadas foram depositados nos carros preparados para o cortejo, os quais saíram da Praça Mauá com destino à Catedral Metropolitana, onde os restos mortais ficaram depositados em exposição pública. Segundo os jornais de época consultados, centenas de pessoas estiveram presentes no percurso cerimonial. Como a intenção era a de que a história dos inconfidentes estivesse ao alcance de todo o país, duas ações procuraram atender a essa expectativa.

³ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1935.09.26. Microfilme rolo 35 fot. 0108/1 e 0108/2. Pasta II. CPDOC/FGV.

⁴ Essas informações podem ser observadas no documento original produzido pelo Ministério das Colônias do governo português e oferecido ao representante do Brasil no dia 26 de novembro de 1936. Intitulado “Termo de entrega ao Excelentíssimo Senhor Doutor Augusto de Lima Júnior, Delegado do Governo Brasileiro, dos autos de exumação e das urnas contendo ossadas e cinzas dos conspiradores da ‘Inconfidência Mineira’”, ele está disponível para consulta em: Arquivo Cristiano Machado, CM c 1936.11.26. CPDOC/FCV.

⁵ Os restos mortais encontrados pertenciam aos seguintes inconfidentes: Domingos de Abreu Vieira, Francisco de Paula Freire de Andrada, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José Álvares Maciel, Luiz Vaz de Toledo Piza, Antônio de Oliveira Lopes, João da Costa Rodrigues, José Aires Gomes, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel, Tomás Antônio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, Vitoriano Gonçalves Veloso e Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

⁶ As informações aqui presentes sobre essas celebrações foram colhidas da leitura das seguintes matérias de jornal: *Jornal do Brasil* (1936a, 1936b, 1936c, 1936d, 1936e, 1936f).

Na primeira, descrita no Decreto n.º 756 A, o Ministério da Educação e Saúde comprometia-se a publicar em formato de livro os autos do processo da Inconfidência Mineira. De fato, coincidindo com o traslado, a Pasta presidida por Gustavo Capanema distribuiu nas livrarias nacionais os três primeiros volumes do livro *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, produzidos em associação com a Biblioteca Nacional. Na segunda ação, o governo investiu na produção de um filme. Com ele, a cerimônia de traslado poderia ser vista por um público muito mais abrangente, ao ficar disponível nas mais diversas salas de cinema do Brasil. O documentário, produzido pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), intitulado *Os Inconfidentes*, foi lançado em dezembro de 1936 e dirigido por Humberto Mauro.⁷

Para concluir o processo de transladação, no dia 15 de julho de 1938, um ano e meio após o ritual inicial, Ouro Preto recebeu seus filhos ilustres. Na ocasião, as urnas saídas do Rio de Janeiro chegaram a essa cidade, sendo depositadas na Igreja Matriz de Antonio Dias. Cristiano Machado, então secretário de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais, aproveitou a ocasião para proferir o seguinte discurso:

Imortalizaram-se. São, pois, os nossos símbolos. Não os discutamos. Cultuemos a sua memória na memória eterna de seus feitos. Infelizes dos povos que os não tenham e vivam apenas no tûmulo material da existência, sem atentar nas lições que os fatos históricos despertam à contemplação das gerações futuras. E o episódio histórico, marcante por excelência em nossa vida coletiva é a Inconfidência, porque todo ele, desde a ideia nascente até o holocausto heroico que culminou na Praça da Lampadosa, e o degredo de que estamos fazendo, com estas cinzas, a hora nacional de exaltação cívica, tem o sentido da Nação Brasileira.⁸

Os restos mortais permaneceram naquela igreja até que outra política cultural de valorização daquele evento histórico, promovida pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão submetido ao Ministério da Educação e Saúde, fosse concluída: a construção do Museu da Inconfidência.⁹ A inauguração desse lugar de memória (Nora, 1993, p. 13), já durante o Estado Novo, representou o momento de ápice desse

investimento do governo. A abertura ocorreu no dia 21 de abril de 1942, sendo instalado no interior do prédio o panteão dos inconfidentes, no qual foram depositadas 14 lápides funerárias, sendo 13 ocupadas pelas ossadas e cinzas trazidas da África; e uma, mantida vazia, para representar os integrantes do movimento cujos corpos não foram encontrados. Enfim, Gustavo Capanema, em seu projeto de valorização da Inconfidência e dos personagens históricos ligados a ela, empregou uma série de medidas, sendo os melhores exemplos, como visto, o repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes, a publicação dos Autos da Devassa e a construção do Museu da Inconfidência. Somam-se a essas, ainda, a expansão e a diversificação das comemorações do 21 de abril, sob o controle atento do governo, e a busca cuidadosa por informações a respeito da vida dos inconfidentes.¹⁰

3 - Tiradentes: o inconfidente de maior destaque no panteão da pátria

Apesar das ações generalizadas de valorização dos envolvidos na Inconfidência Mineira, a um personagem, em especial, couberam esforços maiores e específicos de glorificação: Tiradentes. A transformação de um ator histórico em herói geralmente necessita de investimentos materiais e simbólicos capazes de produzir políticas culturais que enalteçam a sua memória. Ou seja, o culto a determinado indivíduo e a reiteração frequente de sua lembrança como vulto nacional dependem do grau de influência e da posição em que se encontram as pessoas e/ou os grupos dispostos a patrocinar e a empregar esforços em celebrações, homenagens, rituais e narrativas históricas.

Dessa forma, a intensidade com que a figura de Tiradentes foi tratada ao longo do governo Vargas, com destaque para os anos do Estado Novo, deveu-se principalmente ao fato de que, no período em questão, algumas instituições políticas ligadas à cúpula do regime investiram significativamente na consagração da memória de Joaquim José da Silva Xavier. Como visto, as mais importantes foram o Ministério da Educação e Saúde, o Departamento Nacional de Propaganda e o Departamento de Imprensa e Propaganda. Estes dois últimos, órgãos de divulgação das realizações da ditadura, apresentaram relações de

⁷ Para uma análise desse filme curta-metragem, ver: Schvarzman (2004, p. 248). O acesso à película em questão pode ser obtido com a consulta ao Banco de Conteúdos Culturais da Cinemateca Brasileira, por meio do seguinte link: <http://www.bcc.org.br/filmes/443288>.

⁸ Esse trecho e o artigo completo podem ser encontrados em: Arquivo Cristiano Machado, CM pi Machado, C. 1936/1945.00.00/2. P. 1. CPDOC/FGV.

⁹ O Museu da Inconfidência está situado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, localizada na Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais.

¹⁰ Por exemplo, Rodolfo Garcia, diretor da Biblioteca Nacional, em carta endereçada no dia 11 de janeiro de 1943 a Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete do Ministério da Educação e Saúde, respondia ao memorando que havia sido enviado a ele a pedido de Gustavo Capanema, no qual este requeria informações, oriundas de pesquisas realizadas em documentos originais pertencentes ao arquivo da Biblioteca Nacional, relativas à naturalidade de Tomas Antônio Gonzaga, um dos personagens que atuaram na Inconfidência Mineira. Arquivo Luiz Vergara, LV c 1943.01.11. CPDOC/FGV.

continuidade, sendo o DIP, em inúmeros aspectos, um sucessor ampliado do DNP.

Tal investimento serviu para representar os projetos e valores político-ideológicos considerados fundamentais ao governo. Afinal, conforme já alertado por José Murilo de Carvalho: “por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz” (Carvalho, 1990, p. 14). Dessa maneira, o uso constante de Tiradentes pela administração varguista pode ser explicado pelo fato de que foi possível reunir em torno dessa figura muitos dos valores destacados pelo regime. Entre as políticas culturais promovidas por esses três principais patrocinadores do culto ao personagem, uma ação se mostrou semelhante: o investimento em produções literárias. Essa preocupação comum fez com que cada um deles publicasse um livro referente a Tiradentes: DNP (Corrêa, 1939), MES (Corrêa, 1941) e DIP (Lopes, 1944).

3.1 - A contribuição do DNP e do MES: Tiradentes, de Viriato Corrêa

Tanto o DNP quanto o MES investiram na publicação de textos utilizados na dramaturgia teatral. Ao longo das décadas de 1930 e de 1940, peças de teatro abordando temas históricos foram uma grande novidade e ficaram em evidência. Viriato Corrêa (1884-1967) produziu vários trabalhos para esse gênero, sendo *Tiradentes*, de 1939, um dos melhores representantes.¹¹ Tal escritor, além de teatrólogo, foi político, jornalista, romancista e membro da Academia Brasileira de Letras. Sua produção de maior repercussão esteve voltada ao público infantojuvenil, para quem produziu inúmeros títulos, sendo *Cazuza*, de 1938, o mais conhecido deles. A peça em questão acabou se tornando um entre os vários instrumentos utilizados pelo DNP para a maior divulgação da história de Joaquim José da Silva Xavier. Por iniciativa desse órgão de propaganda do Estado Novo, ela foi irradiada pela primeira vez na *Hora do Brasil* do dia 21 de abril de 1939.¹² Em seguida, almejando uma divulgação ainda maior, o DNP optou por publicar, no mesmo ano, o texto da obra.

A peça é dividida em nove quadros, sendo apresentadas neles, de um modo geral, as seguintes cenas: uma reunião dos inconfidentes na casa do coronel Francisco de Paula; a partida de Tiradentes para o Rio de Janeiro, a fim de fazer a propaganda da revolução nos quartéis; a

traição do coronel Joaquim Silvério dos Reis, ao denunciar a sublevação; a prisão de Joaquim José da Silva Xavier; a prisão dos demais inconfidentes em Minas Gerais; o julgamento dos réus; e o enforcamento de Tiradentes. Através dos diálogos proferidos entre os personagens da trama, é possível identificar o caráter atribuído a cada um deles. Joaquim Silvério dos Reis é o anti-herói, representado como interesseiro, ganancioso, medroso e traidor do ideal de liberdade, sendo comparado a Judas no texto. Quando a traição vem à tona, Tiradentes, em conversa com Dona Ignacia, afirma que sempre desconfiou de Joaquim Silvério e de que isso pudesse acontecer. Ao que Ignacia concorda, acrescentando: “O homem tem cara de Judas, tem! Mal encarado!” (Corrêa, 1939, p. 24).

Já os outros inconfidentes são construídos como pessoas bem-intencionadas, interessadas na independência do Brasil e na instauração de uma república, mas desprovidas da capacidade e da força de Joaquim José da Silva Xavier de lutar até o fim e de morrer pela causa que estavam defendendo. Em oposição a Joaquim Silvério dos Reis, Tiradentes é retratado com uma imagem próxima à de Jesus Cristo. Não apenas o desenho da capa, com a representação clássica dele com cabelos longos, barba e bigode, mas também a própria descrição da caminhada, com a corda no pescoço, em direção à forca, encarnam o sofrimento passado por Jesus na *Via Crucis*. A presença constante dessa fundamentação religiosa é um traço marcante do imaginário sobre essa figura elaborado no século XIX, tentativa de legitimar o personagem como herói republicano diante de um país de forte tradição católica. Tais imagens permaneceram nas representações históricas da Inconfidência desenvolvidas nas décadas de 1930 e de 1940.

No texto da peça, Joaquim José da Silva Xavier é considerado o único e verdadeiro herói do movimento sedicioso. Ao longo da narrativa, aparece retratado como o mais entusiasmado e o que reúne os sentimentos mais nobres. Possui, ainda, entre os traços marcantes de sua personalidade, um dom natural de líder. Dessa forma, apesar de os inconfidentes na peça não terem escolhido oficialmente um chefe que direcionasse o movimento, a liderança de Tiradentes se fazia muito clara quando todos estavam reunidos. Era ele que os insurgentes mais ouviam e quem traçava os caminhos seguintes a serem dados pelo grupo, como o de conseguir o apoio das capitâncias de São Paulo e do Rio de Janeiro.

¹¹ Além de *Tiradentes*, as principais peças históricas realizadas no período foram: *Marquesa de Santos*, de Viriato Corrêa (1938); *Iaiá Boneca*, de Ernani Fornari (1938); *Carlota Joaquina*, de Raimundo Magalhães Júnior (1939); *Mauá*, de Castello Branco de Almeida (1939); *Caxias*, de Carlos Cavaco (1940); *Sinhá Moça Choroul*, de Ernani Fornari (1940); e *O Chalaça*, de Raul Pedrosa (1940) (Ferreira, 2010, p. 198 e 199).

¹² *Hora do Brasil* foi um programa de rádio estatal inaugurado em 1935 pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP). A partir de 27 de dezembro de 1939, passou a ser produzido pelo DIP, órgão que sucedeu àquele. Consistia em um programa diário transmitido por todas as estações, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional.

Além de líder, ele é destacado como o mais corajoso. Tal característica o fez o único destemido a se apresentar para arriscar e sacrificar a vida, indo ao Rio de Janeiro conspirar e obter apoios, sabendo que poderia ser preso e morto durante a empreitada. A coragem é justificada pela sua alma revolucionária e pela total disponibilidade de morrer pela liberdade e pelo desejo de dar uma pátria ao Brasil, arriscando, inclusive, a convivência e o amor da esposa e do filho em defesa desse ideal. Em várias passagens, esse seu ímpeto de se lançar ao perigo é demonstrado por ações e palavras. Quando estava prestes a ser preso no Rio de Janeiro, com as tropas chegando à casa em que se encontrava, havia a possibilidade de tentar fugir pelo telhado e esconder-se, mas ele considerou essa saída desonrosa, caracterizando-a como ridícula e feia, optando por ficar e resistir com o uso de sua espingarda. Em outra passagem, resume o porquê de não temer a morte: “a liberdade do Brasil vale uma vida” (Corrêa, 1939, p. 14).

Gustavo Capanema, por sua vez, como principal incentivador do culto de Tiradentes, utilizou, como visto, a estrutura do Ministério da Educação e Saúde para implementar uma série de ações de enaltecimento desse vulto. Além de ter persuadido o presidente a assinar, em 1936, o decreto que determinou o repatriamento dos restos mortais dos inconfidentes, o ministro, em 21 de abril do mesmo ano, realizou, em sua própria residência, em Minas Gerais, uma sessão solene dedicada a Joaquim José da Silva Xavier, na qual o general Pantaleão Pessoa fez um discurso, transmitido pelo rádio (*Diário de Pernambuco*, 1936). Já em 21 de abril de 1940, a rádio do Ministério da Educação, em associação à Rádio Escola Municipal, irradiou, às 17h, diretamente do teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, uma solenidade em homenagem a Tiradentes (*Jornal do Comércio*, 1940).

Além das medidas oficiais, produzidas diretamente por sua Pasta e com dinheiro público, Gustavo Capanema procurou estimular iniciativas particulares conduzidas com o mesmo objetivo, de maneira a multiplicar os esforços em torno da valorização do personagem em questão e da expansão de seu culto. Por exemplo, o ministro da Educação e Saúde recebeu de Antonio dos Santos, em 17 de junho de 1944, um documento intitulado “Relatório de minhas atividades cívicas”, no qual o emissor expôs as ações que vinha desempenhando em prol do desenvolvimento do espírito de brasilidade. Após lê-lo, o ministro fez questão de enviar um telegrama de felicitação ao autor, parabenizando-o pela iniciativa em propor a seus colegas bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais

o nome de Tiradentes como figura homenageada para paraninfo da turma de formatura no ano de 1943, a qual acabou sendo aceita por unanimidade.¹³

No final de 1939, aproveitando-se das Comemorações do quinquagésimo aniversário da República, o Ministério da Educação e Saúde patrocinou, por intermédio de seu Serviço Nacional de Teatro, a peça *Tiradentes: comédia histórica em três atos e sete quadros*, de Viriato Corrêa. Ela foi encenada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, no dia 16 de novembro, em récita cívica, e apresentava música composta pelo maestro Heitor Villa-Lobos.¹⁴ Trata-se de uma versão ampliada do texto que havia sido editado pelo DNP, e foi publicada em 1941 pela editora Guarany, com o selo do Ministério da Educação e Saúde, integrando o terceiro volume da Coleção Brasileira de Teatro. A peça ganhou um acréscimo significativo de texto, já que a primeira e a segunda versões têm, respectivamente, 48 e 169 páginas.

Para ampliá-la, o autor expandiu o número de cenas e de diálogos entre os personagens, mas manteve basicamente a mesma estrutura. A única diferença expressiva é a de que no texto publicado em 1941 o espetáculo teatral termina com o depoimento de Tiradentes ao juiz do processo e com a menção de que, por tudo que expôs, não escaparia da força. Já o texto publicado em 1939 é concluído com a descrição dos momentos da execução: a caminhada até o patíbulo e o enforcamento. Com essa exceção, os traços essenciais presentes no livro de 1939 permaneceram os mesmos na obra de 1941, inclusive o caráter atribuído a cada personagem, sendo Joaquim José da Silva Xavier comparado a Cristo e Joaquim Silvério dos Reis a Judas. No entanto, nesta versão, a referência literal a Judas se dá pela fala do embaçado, espécie de assombração que revela à esposa de Tiradentes e aos inconfidentes que o alferes havia sido preso no Rio de Janeiro.

No que diz respeito aos usos políticos do passado, se a figura de Tiradentes alcançou tanta evidência entre os órgãos de propaganda e legitimação ideológica varguistas, foi porque estes puderam atribuir ao personagem valores afinados com aqueles estimados pela ditadura. No Estado Novo, o governo procurou impedir a pluralidade de manifestações autônomas, que evidenciasse oposições e conflitos, típica de experiências democráticas, substituindo-a pela construção de uma sociedade pretensamente unida e harmônica (Capelato, 2009, p. 22). Nela, aspirava-se construir uma nova nação, formada em seu conjunto por um “homem novo”, cidadão dotado de uma série de valores morais cultivados pelo regime. Nesse processo,

¹³ O relatório encontra-se depositado em: Arquivo Gustavo Capanema, GC pi Santos, A. 1944.06.17. Microfilme rolo 10 fot. 674 a 687. CPDOC/FGV. Sobre a escolha de Tiradentes como homenageado de honra da formatura, ver: fot. 676/3 a 679/2 ou páginas 3 a 11.

¹⁴ Uma cópia datilografada da peça, datada do mesmo ano em que esta foi produzida pela primeira vez, 1939, encontra-se em: Arquivo Luiz Vergara, LV pi Correa, V. 1939.00.00. CPDOC/FGV.

figuras históricas brasileiras serviram como meio privilegiado de difusão e de fortalecimento desses valores, sendo Joaquim José da Silva Xavier uma das principais. Naquele contexto histórico, o comunismo era apresentado pelo governo como o principal obstáculo para a instauração plena do projeto nacionalista do Estado Novo. Diante de brasileiros traidores, que se associaram a estrangeiros na chamada Intentona Comunista, o governo responderia com o melhor exemplo de amor incondicional à pátria: Tiradentes, ao ter entregado a própria vida em sacrifício e benefício da causa.

Além disso, no momento em que o país estava lutando para não ser “controlado” por interesses externos, da União Soviética, a questão da liberdade ganhava força e era vinculada às ações de Tiradentes no século XVIII. Dessa forma, as peças teatrais de Viriato Corrêa ajudavam a lembrar Tiradentes como um dos personagens históricos que mais contribuíram para a defesa nacional, ao ousar libertar o Brasil da metrópole portuguesa. Enquanto o regime estadonovista lutava para não perder a autonomia, os textos do teatrólogo sobre a Inconfidência Mineira e seu principal herói faziam o país recordar aqueles que lutaram bravamente para obtê-la. O seguinte trecho, no qual Tiradentes conversa com a esposa, é bem representativo dessa relação que se buscava fazer entre o passado e o presente:

Somos vassalos, escravos de um país estrangeiro. Querem que o nosso filho não tenha liberdade e não tenha direitos como nós? Eu apenas quero ser brasileiro! Quero que sejas brasileira! Quero que meu filho seja brasileiro! Quero que brasileiro, bem brasileiro, seja o povo da minha terra! (Corrêa, 1939, p. 18).

Juntaram-se, ainda, à questão do patriotismo, da defesa nacional e da liberdade, outros valores caros ao Estado Novo, como a unidade do Brasil, característica considerada comum entre o governo varguista e o movimento de 1789, e o estímulo ao desapego dos interesses individuais e à adesão aos ideais coletivos. Ou seja, a população, sob a direção do regime instaurado em 1937, deveria sacrificar seus interesses particulares em nome dos ideais comuns, da mesma maneira que Tiradentes havia feito, ao entregar a própria vida em nome do projeto de liberdade do qual fez parte. Por fim, para lutar contra as ideias consideradas alienígenas à cultura brasileira e contra aqueles que tinham a intenção de implantá-las no país, o governo esperava despertar coragem na população, nos civis para denunciarem os comunistas, e nos militares para lutarem e os prenderem. Novamente, a coragem de Tira-

dententes, reverenciada como uma das maiores da história, era anunciada para servir de exemplo.

3.2 - A contribuição do DIP: Tiradentes, de Luciano Lopes

O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 27 de dezembro de 1939, em substituição ao DNP, representando uma continuidade deste, não por acaso manteve o mesmo interesse que o órgão predecessor havia demonstrado tanto no culto a Tiradentes quanto na peça de Viriato Corrêa. Em 21 de abril de 1940, às 21h, a estação de radiodifusão do MES, em associação ao DIP, transmitiu mais um programa voltado àquela celebração (*Jornal do Comércio*, 1940). Tratou-se de uma síntese radiofônica extraída do 3º, 5º e 9º quadros da versão publicada pelo DNP da peça *Tiradentes*, de Viriato Corrêa, adaptada e dirigida por Freitas Guimarães, com duração de 12 minutos. Uma gravação em disco desse programa foi preservada no Arquivo Nacional e está disponível para consulta em arquivo digital. No final da apresentação, o locutor do DIP encerrou a transmissão de trechos da peça com um discurso autoral do órgão, que revela exatamente os usos políticos do passado, ao aproximar Joaquim José da Silva Xavier dos problemas enfrentados pelo Estado Novo no tempo presente:

O Brasil começou a ser Brasil do alto do patíbulo onde se balançava inanimado o corpo do alferes redentor. Tiradentes é o primeiro sonho do Brasil dos brasileiros. É o mártir do nacionalismo. É o oráculo da pátria. Recordando hoje proclamemos mais uma vez na imortalidade de sua figura a imortalidade de seu ideal. Não há mais necessidade de conjuras para nossa libertação. Mas há necessidade de estarmos sempre em guarda contra as conjuras que visam na sombra a desnacionalização do Brasil. Contra a drenagem do nosso ouro para o estrangeiro. Contra a infiltração de doutrinas alheias à nossa contextura tradicional. Contra os propagandistas suspeitos do internacionalismo, inimigos sangrentos da ordem, da família, da fé que exalta os corações e purifica as almas. Tiradentes é o exemplo supremo da intransigência na defesa desses princípios únicos que realizaram enfim o Brasil de nossos dias. Tiradentes é um símbolo, símbolo eterno do Brasil brasileiro.¹⁵

Conforme o texto, a figura de Tiradentes e os valores encarnados nela ajudariam o governo a combater

¹⁵ Ver: “Tiradentes: síntese da peça de Viriato Correia; dramatização da Inconfidência Mineira”. Localização: BR RJANRIO EH.0.DSO, DIS.7. Arquivo Nacional.

aquele que era considerado no momento o principal inimigo do Estado Novo: o comunismo. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o personagem e os aspectos atribuídos a ele passaram a ficar ainda mais em evidência e foram mobilizados no enfrentamento a um novo inimigo: os países do Eixo. Determinados valores que estimulariam os brasileiros, tanto civis quanto militares, a atravessarem esse período difícil e decisivo foram colocados na ordem do dia. Intencionando disseminá-los, o governo intensificou a valorização de vultos nacionais aos quais fosse possível e verossímil atribuir tais características. Entre eles, Joaquim José da Silva Xavier ganhou projeção, sendo divulgado como representante de dois valores caros ao regime nesse novo contexto: o patriotismo e a coragem. Sua inabalável virtude cívica seria composta por esses elementos, servindo, em tempos de guerra, como um símbolo e uma inspiração, a fortalecer o espírito dos brasileiros frente aos sacrifícios que estariam por vir. Segundo a interpretação do DIP, no gesto de dar a vida pelo desejo de tornar o país independente, o personagem revelou o mais forte exemplo de amor patriótico, apesar de o Brasil estar, na época da Inconfidência, longe de se constituir enquanto nação.

A participação do país na guerra ao lado dos Aliados contribuiu também para fortalecer a ideia de liberdade. Como reflexo disso, a defesa desse valor, principal marca de Tiradentes e do movimento insurgente ao qual esteve associado, passou a ocupar, após 1942, um lugar de excepcional relevo, sobrepujando-se a qualquer outro atribuído a eles. Essa característica rapidamente se propagou, servindo de elo entre o passado e o presente. Ou seja, a entrada do Brasil no conflito mundial estimulou que o governo aproximasse o ideal de independência do Brasil do século XVIII ao ideal de liberdade ameaçado pela vitória do Eixo no século XX. O novo desafio enfrentado pelo país permitia que aquele vulto histórico se tornasse mais uma vez motivo de orgulho e de veneração, ao ser reverenciado como um dos primeiros a lutar e morrer por liberdade. Sendo assim, o envio de tropas brasileiras para enfrentar na Europa o nazismo e o fascismo fazia delas, segundo a representação construída, descendentes diretas da linhagem de Tiradentes, prontas a honrar o nome e a memória dele e a testemunhar que não morreu em vão. Um número de 1944 da revista *Cultura Política*, a principal publicação periódica do DIP, caracterizou da seguinte maneira as celebrações pelo dia no qual se recorda a execução do personagem: “Revestem-se de extraordinário brilho as comemorações de 21 de abril, as homenagens à memória de Tiradentes. A figura do mártir da Independência realça particularmente nesta hora em que lutamos de novo pela liberdade contra a barbárie nazi-fascista” (*Cultura Política*, 1944a, p. 193).

Além disso, em meio às investidas do Eixo, a questão da defesa nacional foi alçada à condição de preocupação máxima do governo. A própria entrada do Brasil na guerra teria ocorrido como resposta ao ataque sofrido na Bahia, quando cinco navios brasileiros foram torpedeados entre os dias 14 e 16 de agosto de 1942, ceifando dezenas de vidas, inclusive de crianças (*Cultura Política*, 1944b, p. 15-17). A figura em questão também foi apresentada como precursora desse valor e lembrada como um dos personagens históricos que mais contribuíram para a defesa nacional, ao ousar libertar o Brasil da metrópole portuguesa. Diante de uma luta decisiva para a preservação da liberdade, a memória de Joaquim José da Silva Xavier tinha a função fundamental de estimular nos militares do país a força necessária para garantirem a soberania nacional frente às investidas dos países do Eixo, sobretudo da Alemanha, que volta e meia fazia incursões sobre a costa da América do Sul.

Nesse contexto de participação do Brasil no conflito mundial, as publicações do DIP passaram por significativas mudanças, principalmente após Amílcar Dutra de Meneses assumir a direção-geral do órgão, em julho de 1943. Sob a administração dele, houve, a partir de 1944, a reformulação das produções a cargo da Divisão de Divulgação, setor responsável pela edição de uma farta quantidade de folhetos, cartazes, revistas e livros. Entre as novidades, a produção de três coleções: “Coleção Brasil”, “Vultos. Datas. Realizações” e “O Brasil na Guerra”, cujos primeiros números foram lançados em 26 de abril de 1944, de modo a coincidir com a data de nascimento de Getúlio Vargas: 19 de abril (*A Manhã*, 1944). Na série “Vultos. Datas. Realizações”, voltada para a vida dos grandes vultos e para as realizações do governo, o primeiro livro publicado foi *Tiradentes*, de autoria de Luciano Lopes, professor da prefeitura do Distrito Federal e membro da Academia Carioca de Letras. Com ele, o DIP, um dos braços de produção cultural do Estado Novo, também investiu em uma publicação sobre Joaquim José da Silva Xavier, colaborando, pela via da produção literária, para o projeto de enaltecimento daquele vulto.

A análise do texto desse livro publicado pelo DIP indica que a representação de Tiradentes contida na biografia de Luciano Lopes se assemelha significativamente à imagem construída e divulgada pelo DNP e por Capanema nas políticas culturais empreendidas em seu ministério. Sendo assim, na obra da coleção “Vultos. Datas. Realizações”, o perfil de Tiradentes é marcado pela tradicional comparação com Jesus Cristo, tanto na capa quanto no texto. Em uma passagem do livro, afirma-se que empreender grandes coisas com minguados recursos seria algo apenas realizável por gênios, como Jesus Cristo (multiplicou alguns pães de modo a alimentar uma multidão)

e Tiradentes (com a pouca educação formal recebida, adquiriu novos conhecimentos e alcançou visões mais amplas do que as dos homens do seu tempo, empreendendo uma obra gloriosa: a tentativa de emancipação do Brasil). O personagem é identificado ainda pelo caráter ilibado que, segundo o autor, permitiu a formação das seguintes qualidades: generosidade (preocupação com os problemas do povo), paixão pela justiça, lealdade, entusiasmo e coragem.

Além disso, ele aparece como a figura central da Inconfidência Mineira. Foi quem, com o entusiasmo que lhe era peculiar, primeiro lançou a ideia da conjuração e pôs-se a angariar adeptos, devido à facilidade de falar aos outros e persuadi-los. Sua ação foi marcada pela liderança absoluta do movimento, de modo que, nas várias reuniões realizadas com os demais inconfidentes, era ele que tinha a palavra e era ouvido com atenção, expondo em uma delas o plano geral do levante, distribuindo os papéis a cada um e assentando em linhas gerais o programa de governo. Conforme informado, a principal motivação para o DIP incluir na coleção “Vultos. Datas. Realizações” um livro sobre Tiradentes precisa ser relacionada à luta pela defesa da liberdade. O regime identificou a necessidade de construir naquele contexto um vulto histórico que, tendo lutado no passado contra a opressão e em busca da soberania do Brasil, servisse para legitimar, no presente, a luta contra a Alemanha, a Itália e o Japão. Portanto, somando-se às outras características descritas, o personagem é identificado constantemente na obra pelo amor à liberdade e pela disposição de ir até o fim por essa causa.

Em seus traços principais, há uma nítida semelhança na forma como o DNP, o MES e o DIP estruturaram uma representação de Tiradentes em suas respectivas publicações. A diferença mais significativa diz respeito à preocupação maior do DIP com a defesa nacional, tendo em vista que durante a Segunda Guerra houve uma prioridade do governo em valorizar heróis guerreiros ou militares, que, de alguma forma, lutaram, ao longo da história, para defender o Brasil de invasores (Fraga, 2015, p. 232). Enfim, a entrada do Brasil na guerra contribuiu para intensificar e fortalecer a imagem militar de Tiradentes. O livro de Luciano Lopes, escrito nessa conjuntura, fez questão de destacar a atuação militar do inconfidente que, no tempo da conjuração, ocupava o posto de Alferes do Regimento de Cavalaria em Vila Rica. Na interpretação do autor, Joaquim José da Silva Xavier dedicou-se com muito esforço e fidelidade a essa função, até porque “não lhe faltavam para isso os predicados essenciais: coragem e zelo no cumprimento do dever” (Lopes, 1944, p. 19). Inclusive, segundo a narrativa da publicação, a própria motivação desse personagem para participar do movimento sedicioso estava ancorada em questões ligadas ao seu ofício militar, já que uma das razões de sua revolta contra o estado das

coisas de seu tempo foi o não cumprimento correto das progressões e elevações de patente dentro da corporação. Ou seja, para Luciano Lopes, por ter sido preterido nas promoções a que tinha direito, enquanto muitos dos que haviam sido seus subordinados foram contemplados, Tiradentes se associou ao movimento da Inconfidência Mineira para reverter essa situação.

4 - Versões em disputa: batalhas de memória em torno da Inconfidência e de Tiradentes

Apesar de todo esse investimento realizado pelo DNP/DIP e pelo MES na valorização da Inconfidência Mineira e dos principais integrantes dela, em particular Tiradentes, outras versões não tão positivas a respeito desse acontecimento histórico coexistiram e rivalizaram com aquela desenvolvida por Gustavo Capanema e pelos órgãos máximos de propaganda do governo. Por exemplo, o historiador Capistrano de Abreu já havia negado a importância do evento em questão para a história do Brasil, por tratar-se, segundo a interpretação dele, de um movimento que não chegou a se efetivar e que não passou de simples confabulações, tornando-se, portanto, inexpressivo do ponto de vista histórico (Vainfas, 2004, p. 187 e 188). Embora Capistrano tivesse falecido em 1927, essa sua visão ainda se mantinha presente nas décadas de 1930 e 1940. Da mesma forma, a defesa de uma centralidade da figura de Tiradentes encontrou alguns obstáculos e oposições. A historiografia da época ressaltava a importância de outros inconfidentes e a posição secundária do alferes no decurso da conspiração.

A despeito disso, Gustavo Capanema seguiu utilizando a Pasta da Educação e Saúde para promover ações e políticas culturais de enaltecimento da Inconfidência Mineira. Inclusive, para defender o seu posicionamento, envolveu-se em uma batalha de memória, motivada pelo processo de elaboração do texto final do projeto de fundação da Juventude Brasileira. Tudo começou quando o então ministro da Justiça, Francisco Campos, propôs ao presidente da República, em março de 1938, a criação de uma instituição oficial de mobilização dos jovens, intitulada Organização Nacional da Juventude, semelhante a iniciativas do mesmo tipo criadas por ditaduras de outros países, como Itália, Alemanha e Portugal. Em síntese, o documento propunha a mobilização político-miliciana da juventude, formada por indivíduos entre 8 e 18 anos de idade, e a instituição de uma organização paramilitar nos moldes fascistas, estando previsto o seu controle diretamente pelo Ministério da Justiça e a direção pelo presidente da República, pelos ministros da Guerra, da

Justiça e da Marinha e por um Conselho Nacional composto de 15 cidadãos nomeados pelo chefe de Estado.¹⁶

Diferentemente da recepção esperada pelo autor, a reação ao texto foi negativa, tendo recebido críticas, entre outros, de Alzira Vargas, auxiliar de Gabinete do presidente; do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra; e do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema. De um modo geral, a rejeição estava ancorada nos seguintes pontos: o projeto carecia de uma adaptação à realidade brasileira; a estrutura pedida para colocá-lo em prática representaria um custo significativamente elevado; a subordinação da instituição a ser criada ao Ministério da Justiça; a Pasta da Educação e Saúde não ter sido incluída no projeto, ainda que este estivesse imbuído de um caráter educativo; e o aspecto demasiadamente militar da organização.¹⁷ Após a oposição de muitos à proposta, da forma como foi apresentada originalmente, coube ao ministro da Educação e Saúde alterá-la substancialmente. Este empreendeu significativas revisões no texto, utilizando também informações sobre as organizações de juventude da Alemanha, da Itália e de Portugal.

Inspirado principalmente pela Mocidade Portuguesa, conforme demonstram as constantes referências a ela em seu parecer crítico ao projeto de Francisco Campos, a organização mudou de nome para Juventude Brasileira, passou a estar submetida apenas ao Ministério da Educação e Saúde e resultou em um movimento de educação cívica, moral e física, formado pela juventude escolar de todo o país, mobilizada em torno do culto às datas, aos vultos e aos símbolos nacionais.¹⁸ No final de 1939, depois de inúmeras reformulações, o ministro da Educação e Saúde submeteu à apreciação de Vargas e do *staff* governamental a versão até então mais recente desse projeto. Nela, valendo-se da tendência nacionalista do regime, de recorrer sistematicamente ao passado e à história do Brasil, ele aproveitou a oportunidade de estar à frente da tarefa de redigir o texto de criação da agremiação juvenil para investir, mais uma vez, no culto à figura de Joaquim José da Silva Xavier.

Dessa forma, influenciado pelo modelo adotado nas instituições congêneres, de escolher patronos para simbolizá-las e servir como guias de suas ações, conforme são bons exemplos Giovanni Batista Perasso, na juventude fascista, e D. Nuno Álvares e Infante D. Henrique, na Mocidade Portuguesa (Paulo, 1994, p. 15, 38 e 39),

Capanema estabeleceu, no artigo 4 do capítulo I, que a Juventude Brasileira adotaria como data oficial de sua festa o dia 21 de abril, “em que se recorda a figura de Tiradentes, paradigma de grandeza humana, no propósito, na ação e no sacrifício”. Por sua vez, o artigo 37 do capítulo VI acrescentou que a mesma instituição promoveria duas formaturas gerais anuais, realizadas por ocasião das grandes festas nacionais: “a) no dia 21 de abril, em comemoração do sacrifício de Tiradentes; b) no primeiro sábado ou no primeiro domingo de setembro, em comemoração da independência do Brasil”.¹⁹

No entanto, muitos dos pontos dessa nova versão do projeto de criação da Juventude Brasileira, redigida por Capanema, sofreram críticas de várias personalidades, tendo elas, inclusive, encaminhado pareceres nos quais indicavam os pontos dos quais discordavam e sugeriam as modificações consideradas adequadas. Um deles questionou justamente a figura histórica escolhida pelo ministro da Educação e Saúde para servir de modelo aos jovens. A batalha de memória que passou a ser travada a partir disso é boa para pensar nas visões distintas que circulavam sobre o papel e a importância da Inconfidência Mineira e de Tiradentes para a história do Brasil. O documento em questão, preservado sem identificação no arquivo de Gustavo Capanema, e escrito nos primeiros dias de janeiro de 1940, sugeriu a seguinte alteração:

*O art. 4º não me parece defensável. Esse 21 de Abril é uma data sem significação, e o Tiradentes um herói muito pouco imponente e de pouca exemplaridade. Creio que seria de bom aviso procurar um herói jovem, pouco conhecido, mas acerca de quem se pudesse criar uma lenda verdadeiramente interessante.*²⁰

Apesar de contrariado e de não concordar com os argumentos empregados pelo crítico, Capanema, em 15 de janeiro de 1940, comunicou a Getúlio Vargas aceitar suprimir o artigo em questão, deixando a Juventude Brasileira de ter o personagem escolhido como patrono e uma data própria para a sua festa. Contudo, permaneceu defendendo a sua proposta. Ao rebater os argumentos empregados para questioná-la e enfraquecê-la, escreveu que o 21 de abril não era uma data sem significação. Ao contrário, tratava-se de uma efeméride gloriosa, cheia de beleza e de força, cujo mérito maior teria sido o de marcar

¹⁶ O projeto original de elaboração da chamada Organização Nacional da Juventude encontra-se depositado no arquivo Getúlio Vargas: Arquivo Getúlio Vargas, CV c 1938.03.00/1, microfilme rolo 5 fot. 0931/4 a 0964/2. CPDOC/FGV.

¹⁷ Para uma análise aprofundada do processo de constituição da Juventude Brasileira, ver: Schwartzman; Bomeny; Costa (1984) e Horta (1994).

¹⁸ A documentação envolvendo as mudanças no projeto original após a entrada do ministro da Educação e Saúde nas discussões, formada, entre outros, por versões de projetos de lei e pareceres críticos, encontra-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09, microfilme rolo 51 fot. 762 ao rolo 53 fot. 721. CPDOC/FGV.

¹⁹ Essa versão do projeto de decreto-lei redigida por Capanema situa-se em: Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 81 a 85. Pasta II. CPDOC/FGV. As duas citações, mais precisamente, encontram-se, respectivamente, no fot. 81/1 e 84/2.

²⁰ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 209. Pasta III. CPDOC/FGV.

na história do Brasil o real início da Independência e da República. Seguindo em seu raciocínio, acrescentou:

É também injustificável dizer que Tiradentes é um herói pouco imponente e de pouca exemplaridade. Tiradentes é ao contrário uma das mais impressionantes e exemplares figuras não só de nossa história, mas de toda a história humana, pelo seu critério, pela sua clarividência, pela sua capacidade de atuar e dirigir, pela sua coragem, pela sua resistência física e moral, pelo seu espírito de sacrifício e enfim pela sua bravura na tragédia que envolveu e ensanguentou a sua vida. Leia-se, no processo da Inconfidência Mineira, a sentença que condenou Tiradentes e os demais conjurados, e se verá, só neste documento, que a versão de que Tiradentes era leviano e visionário, não tem o menor fundamento, e só se explica como achincalhe e injúria propalados e conservados, no nosso passado, por inimigos da Independência ou da República. Se acrescentarmos que Tiradentes era um homem jovem, de cerca de quarenta anos, chegaremos à conclusão de que nenhum herói de nossa história é mais próprio do que ele para figurar como guia e inspiração da Juventude.²¹

Mesmo com toda essa contra-argumentação, o crítico permaneceu irredutível quanto à sua opinião, considerando frágil a explicação detalhada do ministro. Para demonstrar isso, ele enviou ao chefe de Estado uma nova contribuição, esmiuçando nela o porquê de sua contestação. Nesse texto, acrescentou que um dos principais problemas que identificava na proposta de Capanema era o fato de que na maior parte do Brasil a figura de Tiradentes nada significava e era bastante contestada:

Não se pode, nem deve, pois, dar à juventude brasileira um herói comportando discussões. O herói deve ser ou um produto acabado e completo ou uma criação nova. De modo algum uma simples figura histórica, que comporte discussões, dúvidas, negações. [...]
A adjetivação rica do Ministro nada demonstra. Os heróis não são feitos com adjetivos, mas pelas suas grandes ações. Era melhor desenterrar um pioneiro qualquer – Pedro Teixeira, Antonio Raposo, Domingos Jorge Velho ou um homem do povo, um soldado, um marinheiro, – e criar-lhe uma auréola de santo nacional. [...]
Como generalização note-se que, num país novo, por cultivar, o herói deve ser um desbravador, um homem

puro e de grande ação, um criador de força nacional e não um ideólogo político. A exemplaridade que se deve apresentar aos jovens em vez de auréola de mártir deve carregar a coroa do triunfo. O herói dos jovens é um vitorioso e não um vencido.

Não pretendemos uma discussão sem finalidade. Não concordamos, porém, em que Tiradentes, apesar do Palácio e da estátua, seja maior que qualquer outro herói regional. Se, na república de 89, o Rio Grande do Sul ou o Ceará tivessem exercido hegemonia e dado Ministros de pastas importantes, certamente os heróis com estátua seriam Bento Gonçalves ou o padre Tristão de Araripe. Sobre isto não resta dúvida.

Tome-se portanto um herói verdadeiramente nacional – do Brasil todo –, e quanto mais anônimo melhor, porque a sua lenda poderá ser enriquecida à vontade.²²

A troca de correspondência em questão, sempre endereçada a Vargas, que agia como mediador, é densa de significados, porque demonstra as disputas em torno da memória de determinados personagens históricos e do lugar hierárquico de grandeza que deveriam ocupar no imaginário social. Além disso, a disputa pelo melhor evento histórico e personagem a representar a Juventude Brasileira revelava que, apesar de existir desde a Proclamação a tentativa de internalizar na população a imagem de Tiradentes como o herói magno da República e da nação, tal concepção estava em aberto, havendo investidas claras para a sua redefinição. Conforme se pode notar, o debate apresentado coloca em xeque o aparente consenso máximo que existiria entre lideranças políticas e intelectuais. Na verdade, o que se verificava para muitos era a sua apresentação como um herói apenas regional, mineiro, desconhecido na maior parte do país e, bem pior, vencido, que, se contribuía com a Pátria, fizera-o com ideias, e não com ações.

Após os ajustes decorrentes das críticas de inúmeros atores, finalmente foi criada a Juventude Brasileira, pelo Decreto-Lei n.º 2.072, de 8 de março de 1940, sem qualquer referência ao dia 21 de abril e a Tiradentes e nem menção a uma data própria de comemoração e a um patrono. Além disso, no lugar de duas formaturas, como previa o projeto de Capanema, o decreto estabeleceu apenas uma, na data de comemoração à Independência do Brasil. Com isso, é possível concluir que os esforços constantes do ministro da Educação e Saúde para estimular o culto à figura de Tiradentes não alcançaram o êxito esperado nesse caso. Justamente por não haver uma unanimidade em torno da figura de Tiradentes, entre os

²¹ Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 212/1 e 212/2. Pasta III. CPDOC/FGV.

²² Arquivo Gustavo Capanema, GC g 1938.08.09. Microfilme rolo 52 fot. 233/1 e 233/2. Pasta III. CPDOC/FGV.

grupos que apoiavam o governo, Capanema redobrou os esforços para manter o personagem em lugar de destaque no panteão nacional. Para isso, utilizou toda a estrutura material e simbólica disponível em seu ministério, contando também com aquela pertencente ao DNP e ao DIP, conseguindo, como resultado, manter forte a celebração a esse personagem.

5 - Conclusão

O regime centralizador e nacionalista implementado no Brasil a partir de 1930, e intensificado pela ditadura iniciada em 1937, procurou desenvolver uma identidade nacional, valorizando a cultura brasileira e suas tradições. Nesse processo, a história do Brasil foi bastante mobilizada e, com ela, personagens históricos alçados a heróis nacionais. Entre eles, Tiradentes e os demais participantes da Inconfidência Mineira alcançaram uma projeção significativa, servindo ao governo em seu projeto de construção de uma nova nação, habitada por um “homem novo”, dotado de um conjunto de valores. Havia uma clara intencionalidade do regime, principalmente após a instauração do Estado Novo, na valorização desses personagens, especialmente Tiradentes, o que evidencia os chamados usos políticos do passado.

Apesar de estudos anteriores já terem anunciado a importância do culto a Joaquim José da Silva Xavier no governo Vargas, a presente pesquisa avançou na tentativa de compreendê-la a partir do discurso oficial do regime. Nesse processo, foi possível identificar os principais patrocinadores pertencentes à cúpula administrativa: o DNP, o DIP e o MES. Em seguida, procurou-se determinar as estratégias adotadas por eles para colocarem em prática o desenvolvimento de políticas culturais de valorização de Tiradentes. Durante o período de 1930 a 1945, na luta contra os principais inimigos do governo Vargas, a saber, os comunistas e os países do Eixo, o Ministério da Educação e Saúde e os órgãos de propaganda passaram a empregar uma série de iniciativas, sendo as publicações de livros um dos exemplos mais nítidos e duradouros dela.

Por meio das obras de Viriato Corrêa e de Luciano Lopes, valores atribuídos a Joaquim José da Silva Xavier, como coragem, patriotismo e apego à liberdade, à defesa nacional, à unidade do país e aos interesses coletivos em detrimento dos individuais, foram estimulados e despertados na população, de modo a que todos amassem o Brasil e ajudassem o governo no combate às ideologias consideradas alienígenas à cultura brasileira. A capa colorida e atraente tanto do livro do DNP quanto do DIP indica o desejo dos produtores de alcançarem principalmente os jovens. Conforme observado por Maurício Parada, essa intensa preocupação com esse segmento da

sociedade encontrava-se ligada a uma visão da juventude como reserva política a ser cuidada, de forma a garantir a manutenção do regime no futuro (Parada, 2009, p. 40). Ou seja, atribuir a Tiradentes essas características ajudaria a preservar nas próximas gerações questões-chave da administração varguista.

Portanto, a reflexão desenvolvida neste artigo permitiu demonstrar como a construção positiva de Tiradentes se revelou um elemento essencial ao governo Vargas. A figura de Joaquim José da Silva Xavier foi requisitada, ainda que com especificidades, tanto no momento de fortalecimento do regime, no qual a luta contra o comunismo era uma das bandeiras mais centrais, quanto no período de participação do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados no combate à Alemanha, à Itália e ao Japão, marcado, em seus momentos finais, pelo paulatino enfraquecimento da ditadura do Estado Novo. Tudo isso evidencia a utilização privilegiada desse personagem histórico nos planos do governo, como uma espécie de carta coringa, adaptável a qualquer situação e aos contextos políticos os mais diversos.

Por fim, foi possível constatar também que, embora o culto a Tiradentes tenha alcançado bastante força no período, principalmente por intermédio de Gustavo Capanema, visões positivas e negativas sobre a participação dessa figura histórica coexistiram, fazendo o ministro da Educação e Saúde, inclusive, envolver-se em uma batalha de memória para defender a versão que considerava esse vulto o maior herói nacional. Tal disputa revela não ter havido unanimidade em torno da escolha do personagem como a figura mais destacada do panteão da pátria, apesar de todos os esforços materiais e simbólicos empregados nessa direção pelos principais produtores de políticas culturais do regime.

Referências

- CAPELATO, M.H.R. 2009. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo, UNESP, 341 p.
- CARLYLE, T. 1963. *Os heróis*. São Paulo, Melhoramentos, 231 p.
- CARVALHO, J.M. de. 1990. Tiradentes: um herói para a República. In: *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 55-73.
- CASTRO, C. 2002. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 91 p.
- CORRÊA, V. 1939. *Tiradentes*. Rio de Janeiro, DNP, 48 p.
- CORRÊA, V. 1941. *Tiradentes: comédia histórica em três atos e sete quadros*. Rio de Janeiro, Guarany/Ministério da Educação e Saúde, 169 p.
- CULTURA POLÍTICA. 1944a. Quatro anos de atividade administrativa no Estado Nacional (1941-1944). Rio de Janeiro, DIP, IV(46):170-196.
- CULTURA POLÍTICA. 1944b. Dois anos de guerra. Rio de Janeiro, DIP, IV(43):15-31.
- DÂNGELO, N. 1994. *Escolas sem professores: o rádio educativo nas décadas*

- de 1920/40. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica, 196 p.
- DUTRA, E.R. de F. 1993. Inconfidência Mineira: memória e contra-memória. *Varia Historia*, Belo Horizonte, 12:66-79.
- FERREIRA, A. de A. 2010. *Teatro Ligeiro Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, 391 p.
- FONSECA, T.N. de L. e. 2002. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela Imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 22(44):439-462. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200009>
- FONSECA, T.N. de L. e. 2001. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 355 p.
- FRAGA, A.B. 2015. *Os heróis da pátria: política cultural e História do Brasil no governo Vargas*. Curitiba, Prismas, 269 p.
- GOMES, A. de C. 2007. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: M. ABREU; R. SOIHET; R. GONTIJO (org.), *Cultura política e leituras do passado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 43-63.
- GOMES, A. de C. 1999. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 220 p.
- HARTOG, F.; REVEL, J. (org.). 2001. *Les usages politiques du passé*. Paris, Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 206 p.
- HORTA, J.S.B. 1994. A Juventude Brasileira: da mobilização ao civismo. In: *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, p. 205-287.
- LONDRES, C. 2001. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: H. BOMENY (org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, p. 85-101.
- LOPES, L. 1944. *Tiradentes*. Coleção Vultos. Datas. Realizações. Rio de Janeiro, DIP, 64 p.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC, 10:7-28.
- PARADA, M. 2009. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro, PUC-Rio/ Apicuri, 246 p.
- PAULO, H. 1994. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra, Livraria Minerva, 181 p.
- SCHVARZMAN, S. 2004. *Humberto Mauro e as imagens do Brasil*. São Paulo, Ed. UNESP, 398 p.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B.; COSTA, V.M.R. 1984. Contenção das mulheres, mobilização dos jovens. In: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, p. 107-140.
- VAINFAS, R. 2004. Capistrano de Abreu: capítulos de história colonial. In: L.D. MOTA (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 4ª ed. São Paulo, Editora Senac, p. 171-189.
- VELLOSO, M.P. 2007. Os intelectuais e a política cultural do Estado

Novo. In: J. FERREIRA; L. de A.N. DELGADO (org.), *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 145-179.

VIANNA, H. 2002. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/ Ed. UFRJ, 193 p.

Arquivos

CPDOC/FGV
Arquivo Cristiano Machado
Arquivo Getúlio Vargas
Arquivo Gustavo Capanema
Arquivo Luiz Vergara
ARQUIVO NACIONAL
Fundo Agência Nacional

Fontes

- AMANHÃ. 1944. A nova orientação das publicações culturais do DIP. As três novas coleções que acabam de ser lançadas. Rio de Janeiro, quarta-feira, 26 abr., p. 2.
- BRASIL. 1936. Decreto nº. 756 A, 21 de abr. Autoriza a transladação para o Brasil, das cinzas dos Inconfidentes, e dá outras providências.
- BRASIL. 1937. Decreto-Lei nº. 25, 30 de nov. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- BRASIL. 1940. Decreto-Lei nº. 2.072, 8 de mar. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 1936. Uma sessão solene na residência do Sr. Gustavo Capanema. Recife-Pernambuco, terça-feira, 21 abr., p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. 1936a. O repatriamento das cinzas dos inconfidentes. Rio de Janeiro, quinta-feira, 24 dez., p. 10.
- JORNAL DO BRASIL. 1936b. As cinzas dos inconfidentes. Rio de Janeiro, quinta-feira, 24 dez., p. 14.
- JORNAL DO BRASIL. 1936c. As cinzas dos Inconfidentes. Rio de Janeiro, sexta-feira, 25 dez., p. 3.
- JORNAL DO BRASIL. 1936d. A chegada das cinzas dos Inconfidentes. Rio de Janeiro, sexta-feira, 25 dez., p. 35.
- JORNAL DO BRASIL. 1936e. Em homenagem à memória dos Inconfidentes mineiros. Rio de Janeiro, domingo, 27 dez., p. 6.
- JORNAL DO BRASIL. 1936f. De volta ao solo pátrio. Rio de Janeiro, terça-feira, 29 dez., p. 8.
- JORNAL DO COMÉRCIO. 1940. Rádio. Rio de Janeiro, domingo, 21 abr., p. 9.

Submetido em: 26/09/2018

Aceito em: 29/01/2019